

**A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL:
OS DESAFIOS PARA SUA INSERÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gracialino Dias

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda.

Paulo Freire

À minha mãe Althair, que sonhava em ser “professora” e que em todos os momentos esteve presente em minha vida e que completa este ano 80 anos.

Mãe

Mãe...
São três letras apenas
As desse nome bendito:
Também o Céu tem três letras...
E nelas cabe o infinito.

Para louvar nossa mãe,
Todo o bem que se disse
Nunca há de ser tão grande
Como o bem que ela nos quer...

Palavra tão pequenina,
Bem sabem os lábios meus
Que és do tamanho do Céu
E apenas menor que Deus!

Mário Quintana

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus filhos Gisele e José Francisco por me trazerem os livros necessários das bibliotecas, ao pequeno Giovanni pelo tempo que não lhe pude dedicar.

Ao meu marido pela compreensão, incentivo e paciência pelo tempo no computador e pelos livros espalhados.

À minha amiga Tatiana pelo apoio.

Ao professor Gracialino, pela orientação dada no decorrer desta pesquisa.

Ao Adriano Lopes que gentilmente colocou nas normas esta monografia.

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como propósito descrever alguns pontos sobre alimentação escolar e a sua possível inclusão no projeto político pedagógico das escolas como meio de conhecimento e um saber necessário para garantir os direitos humanos da criança e conseqüentemente seu direito a cidadania. O conhecimento como forma de prevenção de doenças nutricionais e de manutenção da própria saúde e da saúde da comunidade. Por isso abrangemos a mudança de “Merenda escolar” para “Alimentação Escolar”, tentamos relacionar a história da Educação e as mudanças provocadas na merenda escolar; como também a educação alimentar como recurso de prevenção contra a obesidade infantil, para que seja encarada como doença já que é resultado de maus hábitos alimentares. Para tanto escolhemos uma linha pedagógica, “Libertadora” de Paulo Freire, para nos direcionar na concepção de educação, escola, currículo, cidadania, cultura e sociedade. A corrente “Libertadora” se preocupa a priori com o meio social e político da comunidade e privilegia estes sobre o conteúdo escolar, colocando a relação oprimido – opressor. Neste contexto citamos órgãos do governo ligados a alimentação escolar e as suas responsabilidades dentro deste quadro como: PNAE, CNAE, FAE. Esta pesquisa foi realizada baseada em bibliografia pertinente ao assunto: livros, artigos e documentos oficiais MEC /FNDE.

Palavras-chave: merenda escolar. Alimentação escolar. Educação alimentar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE	- CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CNAE	- CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
FAE	- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE
FNDE	- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR
INEP	- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
MEC	- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
NCQ	- NÚCLEO DE CONTROLE DE QUALIDADE
OMS	- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PNAE	- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
UNICEF	- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFANCIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 BASES HISTÓRICAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: DO AUTORITARISMO CENTRADO NAS CONCEPÇÕES TRADICIONALISTA E TECNICISTAS AOS PRESSUPOSTOS DA GESTÃO CRITICA NA CONSTITUIÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	14
2.2 UMA BREVE SÍNTESE HISTÓRICA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: DA MERENDA AO PNAE.....	18
2.3 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR – NOVOS DESAFIOS EM FACE DO CRESCIMENTO DA OBESIDADE.....	24
3 METODOLOGIA	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O baixo nível nutricional e sanitário do povo brasileiro constitui grave problema nacional com evidências a correções que deveriam ser propostas ao nosso modelo econômico. Ressaltando o número de pessoas que vivem num regime alimentar inadequado para manter a saúde e que, por isso mesmo, sofrem em maior ou menor grau, de doenças de nutrição.

A alimentação humana deve ser balanceada e responder às exigências fisiológicas. Por exemplo, a alimentação de uma criança deve fornecer não só os materiais necessários à reparação do desgaste dos tecidos, como no adulto, mas ainda os indispensáveis ao crescimento, isto é, à elaboração de células novas.

A falta de uma alimentação sadia dentro de requisitos de qualidade e quantidades adequadas e proporcionais aos indivíduos, trás como conseqüência tanto a desnutrição como a obesidade. Estas doenças são responsáveis pela morte de crianças, jovens e adultos. Mas quando não matam provocam muitos males.

Segundo Nelson Chaves (1978), uma população doente e de baixo nível de educação não pode participar do desenvolvimento econômico, pelo contrário convertem-se em ônus para o estado em face de faltas ao trabalho, aposentadoria precoce, licenças para tratamento de saúde, sendo apenas consumidor e não participante.

Na composição das ciências da nutrição e da educação, graduações da autora, as causas que um indivíduo chega a tais males são muito variadas, mas todas convergem em uma só que é a má alimentação e precisamente deve se orientar o tratamento, a educar a comer e trocar os maus hábitos alimentares adquiridos, cumprindo deste modo como nível de prevenção primária de saúde.

Na fase de crescimento e aprendizado, como no caso das crianças é importante comer alimentos ricos em carboidratos, lipídios, proteínas, vitaminas, fibras e água, que são essenciais para que as células realizem suas funções biológicas.

Os hábitos alimentares são formados em parte pelos alimentos disponíveis e influenciados por fatores de ordem fisiológica, sócio-cultural e psicológica. Neste aspecto é fundamental destacar a importância que a escola representa como local

vivo de aprendizagem, onde os alunos podem desenvolver uma consciência crítica em relação aos fatores que interferem na saúde.

Desta forma o objetivo geral deste trabalho é Contribuir para a compreensão voltada para promoção de assistência nutricional, através de ação educativa, oferecendo elementos à compreensão do que é segurança alimentar e suas relações com o Programa Nacional de Merenda Escolar, conhecendo os hábitos alimentares e curiosidades da Região, associar conceitos de alimentação com aspectos culturais. Para isso se faz necessário:

- a) considerar o homem globalmente, com ampla visão humanista, e situá-lo em sua localidade, em harmonia com o seu ambiente físico, ressaltando a importância da preservação do meio ambiente desde a produção até o descarte dos alimentos.
- b) averiguar os aspectos biológicos e sociais, sem colocar a margem as atitudes políticas e econômicas, que realmente podem mudar o rumo dos acontecimentos e oferecer melhores perspectivas aos grupos mais vulneráveis.
- c) envolver no estudo distintas áreas: saúde, agricultura, educação e desenvolvimento da comunidade.
- d) estudar a função que a alimentação escolar desempenha dentro da escola para integrá-la ao projeto político pedagógico.
- e) averiguar como as escolas e os professores podem contribuir com o PNAE no controle da obesidade, estimulando a reeducação alimentar e a prática de exercícios físicos.

A importância deste trabalho é a transformação que ele pode ocasionar na realidade dos alunos junto a suas famílias e na comunidade. Pois se tornando seres conscientes da sua cidadania podem praticá-la no seu dia a dia, demonstrando que são pessoas pertencentes a uma sociedade e capazes de contribuir para o crescimento da mesma.

Em busca de um cidadão mais crítico, valorizado e autônomo, que reconheça sua realidade e dignidade, e a realidade circundante e que possa despertar-se para as possibilidades a serem criadas de trabalho e de modo de vida, de maneira que possa se livrar da rotulagem imposta pela sociedade de marginalizados. Para isso a escola precisa propor ações que dêem resposta as necessidades e anseios da comunidade, a qual faz parte.

Os métodos de ensino e os recursos didáticos devem ser criados de maneira que valorize o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem.

As abordagens e os conteúdos escolares não explicam as problemáticas sociais contemporâneas nem as transformações a elas relacionadas, educadores buscam outros métodos para compreender e dar significado ao cotidiano.

No contexto social há muitas diferenças de classes, no entanto as classes menos favorecidas já trazem desde a mais tenra idade essa indiferença, sentindo-se excluído da sociedade a qual pertence. O conhecimento da realidade social em que se encontra o aluno possibilita a conscientização de que ele faz parte de uma teia que envolve seu grupo, região, país, mundo respeitando a diversidade.

Para se formar cidadãos conscientes e críticos é necessário fazer escolhas pedagógicas pelos quais o estudante possa conhecer as problemáticas e os anseios individuais de classes e grupos diferentes.

Baseando-se nas teorias de Paulo Freire, verifica-se que o indivíduo está preso a consciência de classe, ou a ideologia imposta pela classe dominante.

A falta de reflexão, dificuldades em enfrentar problemas, falta de autonomia é devido a nossa educação tradicional onde o ensino era reducionista, formados e programados para resolver pequenos problemas sem pensar o que estamos fazendo ou tentando fazer, vivendo em redomas de vidro e alimentando o individualismo.

O pensamento de Paulo Freire mencionado em seus livros sustenta que o pedagogo deve cuidar de libertar o homem das alienações a que a consciência dominadora o submete. Em tal contexto entende-se o conceito de conscientização.

A educação preconizada por Freire é ao contrário da idéia de "educação para a domesticação", uma educação "para a libertação" ato de conhecimento e meio de transformação da realidade. Não se pode mudar o que não se conhece, só posso lutar pelos meus direitos se for ciente deles.

Segundo Paulo Freire (1970) "Uma sociedade que vinha e vem sofrendo alterações tão profundas e às vezes até bruscas em que as transformações tendiam ativar cada vez mais o povo em opressão, necessitava de uma reforma urgente e total no seu processo educativo".

Esta reforma traz mudanças necessárias, pois a educação é a base da vida e ajudará cada indivíduo a contribuir, de acordo com sua capacidade, para um mundo melhor, onde o cidadão terá oportunidade de participar dessas transformações,

sabendo de seus direitos e deveres. A conscientização e a democratização são palavras chaves.

A sociedade só se desenvolve com a colaboração das pessoas e para isto é preciso que tomem conhecimento de sua condição de cidadãos e a escola entra como local vivo do exercício da cidadania. Assim a criança descobre a importância dos direitos (incluindo a alimentação saudável) e deveres e saberá respeitar os direitos do próximo e fazer valer os seus, na busca de uma sociedade mais justa.

Na escola a proposta de trabalho será de ajudar os alunos a explorar, reconstruir e situar-se no meio cultural onde vive; o conhecimento como uma necessidade humana de ir sanando dúvidas e curiosidades, de apreender conteúdos que saciem as necessidades básicas da vida, como a nutrição que faz parte do cotidiano das pessoas e também da prevenção e manutenção da saúde humana.

Em 2005, quando realizei com o meu grupo o projeto de qualificação de professores do Vale do Ribeira, com a professora Carmem Sá Brito Sigwalt da UFPR, com o tema Segurança Alimentar consideramos o acesso à alimentação como um direito Humano, repassando para os professores que na Conferência Mundial da Alimentação em Roma (MONTAÑA, 2005) deu-se o seguinte conceito sobre Segurança Alimentar:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo.

A escola possui capacidade para desenvolver o ser humano em todos os aspectos: físico, emocional, social e intelectual, porém a sua missão vai muito, além disso, é preciso integrar o homem no contexto, fazer com que ele entenda todas as relações existentes no universo. Incluindo os direitos Humanos nos currículos escolares e conseqüentemente à alimentação escolar, que com os recursos existentes é possível diminuir o número de crianças desnutridas e ou subnutridas e a obesidade, melhorar a qualidade dos alimentos, incentivar bons hábitos alimentares à busca de um mundo melhor de uma forma mais harmoniosa, visando sempre à prática da solidariedade e compreensão mútua e assim formar cidadãos mais comprometidos com a vida.

Este trabalho está organizado em capítulos. O primeiro aborda sobre as concepções tradicionalista, tecnicista com a pedagogia libertadora de Paulo Freire contrapondo os conceitos de homem, sociedade, ensino/aprendizagem. E levantando pontos sobre a melhor forma de organizar um projeto político pedagógico.

O segundo capítulo nos leva a um breve resumo sobre a merenda escolar no Brasil até sua transformação em alimentação escolar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para finalizar citamos a importância da educação nutricional e alimentar como forma de prevenção contra o crescimento da obesidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ideologia colonizadora introjetada pelo colonizado, que introjeta também a própria figura do colonizador. Quando o colonizador é expulso, quando deixa o contexto geográfico do colonizado, permanece no contexto cultural e ideológico, permanece como “sombra” introjetada no colonizado.(Freire,1985)

2.1 BASES HISTÓRICAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: DO AUTORITARISMO CENTRADO NAS CONCEPÇÕES TRADICIONALISTA E TECNICISTAS AOS PRESSUPOSTOS DA GESTÃO CRÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Neste trabalho se enfoca o paradigma progressista, cujo precursor no Brasil foi Paulo Freire com a pedagogia “Libertadora”. Para Marilda A. Behrens (1999, p. 78-79), que se baseia em obras de Paulo Freire:

A concepção de que o homem influi no meio e é por ele influenciado desafia a escola no sentido de proporcionar uma educação que possibilite a vivência no coletivo. Admitindo o grupo como fonte de equilíbrio e de contradições, a escola deve ter presente que cada indivíduo no grupo tem sua própria leitura de mundo. Fruto das relações sociais, o homem político pertence a uma classe social determinada.

Esse homem pode-se tornar cidadão do seu país e do mundo e construtor e transformador da sociedade e da história. O desenvolvimento intelectual se apresenta por meio de compartilhamento de idéias, informações, responsabilidades, decisões e cooperações entre os indivíduos.

A abordagem progressista caracteriza-se por um processo de busca de transformação social. Para desencadear esse processo, torna-se necessária uma educação que propicie uma prática pedagógica crítica, reflexiva e transformadora.

Freire e Faundez (1985), no livro Por Uma Pedagogia da Pergunta, Faundez aponta a educação como um processo de transformação. Freire concorda com ele adicionando sua idéia sobre o tipo de transformação que desejamos. Sugere a mudança de um processo de educação bancária para um processo democrático; de uma instrução que promove o conhecimento da cultura dominante a uma que inclua o conhecimento da cultura popular. Pois na concepção tradicional :

A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe

assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos (SAVIANI, 1992). A concepção de homem é de um ser acabado, passivo e receptivo. Moldado conforme a sociedade. Esta caracterizada pela desigualdade e desrespeito ao ser humano. O ensino visa à aprendizagem do aluno com um fim em si mesmo. Os conteúdos e as informações têm que ser adquiridos e os modelos limitados. Ignoram-se as diferenças individuais. Caracteriza-se pelo verbalismo do mestre e memorização do aluno. Segundo Behrens (1999, p. 43) o paradigma tradicional tem uma postura pedagógica de valorização do ensino humanístico e da cultura geral.

Para Freire (1983, p. 61) “não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados”. E ainda que os conteúdos sejam bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, por estar inserida em um contexto histórico-social, a educação tem um papel de intervenção neste.

Outro fator que Freire (1996) nos ensina é de que a escola não vai lidar apenas com o conhecimento científico, mas também com a bagagem cultural e de conhecimentos tácitos do aluno; considerando-os, mas também superando aqueles conhecimentos do senso comum. Nesse sentido, historicamente a educação formal sempre foi considerada, como o único meio de se adquirir o conhecimento socialmente válido: o conhecimento científico. Nesta concepção o papel do educador era fundamental, já que era este que detinha todo esse conhecimento a ser transmitido ao educando. O educando por sua vez tinha como papel secundário absorver a todas as informações, não produzindo novos saberes e muito menos ensinando outros saberes ao professor. Sendo assim, o processo educativo não pode acontecer apenas de forma unilateral; o professor terá que, através da convivência com os educandos perceber situações problemáticas aprendendo com os educandos a melhor forma de solucioná-las, e compreender ainda outros saberes incorporados ao aluno e elaborados na comunidade a qual ele está inserido, que lhe serão muito úteis ao desenvolvimento de novos métodos mais eficientes de ensino e que permitam ao educando superar saberes do senso comum para um conhecimento sistematizado (FREIRE, 1996, p. 28-32).

O estímulo à pesquisa, à curiosidade, ao questionamento são fatores que exigem métodos rigorosos e interessantes para que se tornem eficazes e; que não estão presentes apenas na grande quantidade de saberes acumulados do professor e, sim na maior parte deles, nas necessidades, especificidade e interesses dos

discentes. Cabe ao professor ser o investigador maior para descobrir quais são essas necessidades e desenvolver os métodos (FREIRE, 1996, p. 28-32).

Ensinar é assim a forma que torna o ato do conhecimento que o professor necessariamente faz na busca de saber o que ensina para provocar nos alunos o seu ato de conhecimento também. Por isso ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico como era feito na pedagogia tecnicista que torna os alunos robôs que não criticam, só mostram eficiência (FREIRE, 1992). A metodologia tecnicista é garantida pela copia e repetições, enfatiza a resposta certa.

A tendência tecnicista fundamenta-se no positivismo e propõe uma ação pedagógica inspirada nos princípios da racionalidade, da eficiência, da eficácia e da produtividade características do sistema capitalista (BEHRENS, 1999). Essa tendência que se iniciou com o golpe militar de 1964, em 1967 a ditadura põe fora as leis estudantis, e introduz as leis tecnicistas, onde o homem pode servir ao meio, e deixa de ser livre. O ensino eficaz é feito através de especialistas que criaram e o experimentaram antes de ser aplicado.

Nesta análise de paradigmas acredita-se que se precisa ter um delineamento do que se concebe de visão de mundo, homem, sociedade, aprendizagem e ensino conforme Santiago (1996, p. 159):

Em qualquer circunstância, o que se espera é que a escola reorganize-se com base em uma nova concepção de conhecimento, operando com teorias de aprendizagem e formas de organização do ensino que superem as práticas pedagógicas tradicionalmente centradas na memorização e na reprodução de informações, ou no treinamento para "saber fazer", já que a demanda, que hoje se coloca, é pela formação de cidadãos pensantes e criativos.

Para que a escola se reorganize ela precisa de uma organização do trabalho pedagógico, ou seja, determinar as metas do seu projeto político pedagógico:

O projeto político pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político pedagógico (VEIGA, 1996).

Os princípios necessários para se obter um projeto político pedagógico segundo Veiga (1996) são contemplar: "A construção do projeto político pedagógico

parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério”.

A gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político pedagógico ligado à educação das classes populares (VEIGA, 1996).

A participação da comunidade, alunos, professores numa intenção de eleger as prioridades da comunidade como finalidade de trabalho no projeto político pedagógico. Como aborda Santos (2002):

A escola precisa estar integrada na comunidade, conhecê-la em profundidade, ouvir os pais das crianças e os líderes comunitários. Somente com um trabalho em conjunto, entre escola e a comunidade, poderão ser superados parcialmente os problemas causados pela alimentação insuficiente ou inadequada.

Sendo estimulada à participação, a comunidade sente-se também responsável pela alimentação de sua população infantil. Poderá prestar mais atenção à necessidade de complementar a alimentação em casa, Tomará consciência da importância da nutrição adequada, para o bom desempenho na escola. Atuará no sentido de proporcionar às crianças melhores condições de desenvolvimento e desempenho escolar.

A escola é o local do confronto entre o saber empírico (experiência de vida) e o saber elaborado (ciência). Este é o grande desafio da escola: transformar os saberes dos educandos, ponto de partida para a aquisição da ciência. Dependendo do compromisso ético-político dos educadores a educação tomará rumos diferentes favorecendo a uma das diferentes classes sociais.

O educador comprometido com os interesses e aspirações das camadas populares busca e exige uma formação continuada, que o qualifica para atuar. O trabalho coletivo se apresenta como alternativa para superação do individualismo imposto pelas relações da sociedade capitalista. E todo material didático utilizado em sala de aula precisa articular o conhecimento científico às experiências dos alunos tornando-os sujeitos do processo de aprendizagem, que os estimule a atuar na construção da sua história.

2.2 UMA BREVE SÍNTESE HISTÓRICA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: DA MERENDA AO PNAE.

Em São Paulo, a Secretária da Educação, num estudo “A criança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada? (1985, p. 13-21) desfaz vários mitos que na prática constituem um processo do fracasso escolar, entre eles o da desnutrição como causa da dificuldade de aprendizagem”.

Segundo o estudo numa relação de retenção de 70% dos alunos, só 12% das crianças tinham algum problema físico que pudesse responder pelas dificuldades de aprendizagem.

Segundo Nelson Chaves (1978) aborda:

A época do nascimento, o encéfalo de uma criança normal tem aproximadamente 25% do peso do encéfalo do adulto; após o nascimento. Continua o crescimento rápido, de modo que, com um ano de idade, o encéfalo de uma criança tem cerca de 70% do peso do encéfalo do adulto, aos 3 anos, 80%, aos 4 anos, aproximadamente 90%. Daí em diante, o crescimento do órgão é lento.

Considerando-se a relevância da nutrição no desenvolvimento do sistema nervoso, encontramos as bases para justificar as alterações funcionais do encéfalo e as modificações do comportamento resultantes da desnutrição.

Quando o fator nutricional atua isoladamente ou associado a fatores ambientais na etapa crítica da multiplicação celular e de crescimento rápido, por período longo, as lesões provocadas no encéfalo são irreversíveis. Isso repercute definitivamente na atividade funcional do órgão (inteligência, memória, aprendizagem, etc.).

A importância de uma alimentação que satisfaça as necessidades orgânicas é essencial ao nosso corpo e nos proporciona resistência a doenças infecciosas, coordena a capacidade de trabalho e de estudo, o desenvolvimento e o comportamento geral do indivíduo.

“A fome pode ser aguda ou crônica: quando aguda, pode manifestar-se no indivíduo bem nutrido ou supernutrido e as alterações que produz são rapidamente reversíveis com a ingestão de alimentos; quando crônica, acarreta indubitavelmente alterações orgânicas que levam à desnutrição” (CHAVES, 1978, p. 6).

No Brasil, entretanto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ganha uma dimensão social maior à medida que “Considerando a dupla carga de doenças a que estão submetidos os países onde a desigualdade social continua a

gerar desnutrição entre crianças e adultos, agravando assim o quadro de prevalência de doenças infecciosas” (BRASIL, 2006).

Com o fim da guerra da Coréia e a supersafra americana, ocorre um excedente agrícola nos Estados Unidos, que é doado à Unicef. Parte dessa doação é destinada ao Brasil, onde é direcionada aos programas de suplementação alimentar, vinculado ao Ministério da Saúde. Quando cessaram esses donativos, o programa da merenda foi assumido financeiramente pelo governo brasileiro, em face da impossibilidade política de interrompê-lo. É neste contexto que é instituída, em 31 de março de 1955, através do Decreto nº37.106, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), mais conhecida como Merenda Escolar (aberto 67).

A merenda é criada, assim, enquanto programa oficial, como mais um programa de suplementação alimentar. Esse caráter é explicitado em seus próprios objetivos: melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência, com a conseqüente melhoria do rendimento.

O PNAE, implantado em 1955 e até a década de 80, período da ditadura militar, teve uma concepção assistencialista. Com a inserção do profissional de nutrição no PNAE, mudou o paradigma da alimentação escolar, que passou a ser um programa de segurança alimentar, defende princípios e diretrizes pautadas pelo direito a alimentação de todos os escolares e não um programa para carentes ou pobres. Pretende contribuir não só para aprendizagem e o rendimento escolar, como também para formação de hábitos alimentares saudáveis e a dinamização da economia local, além do respeito aos hábitos regionais e a vocação agrícola da região.

O conselho Federal de Nutricionistas ampliou ações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), responsável pela Resolução nº 38 de 23 de agosto de 2004, que estabelece os critérios para execução do PNAE. Esta resolução em seu artigo 14º, afirma que:

Art. 14 O cardápio da alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será elaborado por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do programa, com o acompanhamento do CAE, e ser programado, de modo a suprir, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 15% (quinze por cento) para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, durante sua permanência em sala de aula.

Apesar desta resolução e a garantia técnica do nutricionista responsável pela alimentação saudável e segura oferecida nos estabelecimentos de ensino, precisa-se averiguar a fiscalização deste trabalho e a valorização dele pelas prefeituras.

Por isso da formação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), responsável por fiscalizar as contas da prefeitura, formado por dois representantes dos professores, dois dos pais, um do poder legislativo e dois da sociedade civil. Esse é um trabalho voluntário e sem ligação com o prefeito para evitar influências políticas e desvios de verbas. Este conselho deve ser renovado a cada dois anos e a ele compete de acordo com o artigo 4º, no inciso 5:

- I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
- II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- III - receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na forma desta Medida Provisória.

Parafraseando José Graziano da Silva (2004), o programa de combate a fome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fome Zero, deu apoio à agricultura familiar, à pequena agroindústria, o incentivo ao auto consumo e à produção de subsistência as compras institucionais de alimentos da pequena produção para a merenda escolar, os estoques de segurança formados a partir da compra dos agricultores familiares e o fortalecimento dos assentados da reforma agrária.

Utilizando este alimento direto da horta para merenda escolar de acordo com os hábitos alimentares da comunidade e proporcionando um excelente conteúdo didático para desenvolver na escola.

A partir de orientações técnicas de ordem geral, relativa aos requerimentos nutricionais, e de uma listagem de gêneros que a FAE não aceita que sejam adquiridos com os recursos por ela repassados, são os municípios que elaboram os cardápios a serem oferecidos aos seus alunos na merenda escolar. Em consequência, outras decisões - relacionadas com o quando comer, onde comer, com o que comer e com quem comer - passam a ser tomadas ou podem ser revisadas pelos coordenadores do programa municipal.

“Dessa forma, cria-se de fato as condições não só para o respeito aos hábitos alimentares locais e para a incorporação de alimentos *in natura* à merenda, mas

também para a reflexão sobre o papel que a alimentação escolar desempenha: elemento estranho à escola ou atividade pedagógica integrada ao currículo? "(em aberto 67).

O currículo é o processo que organiza a totalidade da escola que determina a seqüência de experiências que estimula o aluno. "Deve refletir os objetivos gerais mais prementes da sociedade como um todo, o que significa os interesses das grandes massas e não os de uma elite iletrada e afortunada. O conteúdo da educação é popular por excelência. Só deixa de sê-lo de fato em condições de alienação cultural" (PINTO, p. 43-44).

Se o currículo é tudo que acontece na escola, a merenda escolar se inclui no sentido de fazer parte mais efetivamente do conteúdo escolar e não ser apenas uma obrigação para suplementar à alimentação das crianças, mas sim um direito a cidadania, de terminar a fome momentânea e praticar a socialização.

O serviço de merenda escolar é valioso para suplementar a alimentação que a criança recebe em casa e para propiciar educação alimentar na escola. O serviço de merenda deve ser utilizado como laboratório de aprendizagem, eis que oferece amplas oportunidades educativas. Por exemplo, o professor tem na merenda escolar precioso suplemento da sala de aula para o ensino da Nutrição, que pode ensinar aos escolares experiências ao mesmo tempo úteis e agradáveis.

A merenda escolar ocasiona oportunidade para que os escolares sejam estimulados a conhecer, valorizar e aceitar com satisfação novos alimentos, a adquirir boas práticas, além de comportamentos adequados do ponto de vista social e de higiene.

O professor ainda constitui a maior força na aprendizagem. Seus conhecimentos, atitudes e práticas influem decisivamente sobre os modos de pensar, sentir e agir de seus alunos. A participação dos professores na merenda escolar interfere positivamente sobre o comportamento dos escolares na aceitação dos alimentos oferecidos. A aceitação social para a criança em idade escolar é grande necessidade e para a criança o professor é a pessoa de maior prestígio e autoridade, é o seu modelo. Esses dois aspectos podem ser utilizados pelo professor para conseguir que seus alunos consumam alimentos corretos e adquiram hábitos alimentares sadios (MARCONDES, 1980, p. 101-102).

Nesta proposta docente o currículo tem como objeto de estudo qual cidadão pretende formar, que comportamentos devem ser estimulados, a partir de conteúdos disciplinares articulados entre si: contextualizar os conteúdos, desenvolver comportamento de busca, de pesquisas, investigação e de transformação. Abordar os conteúdos numa perspectiva de totalidade, ou seja, os conteúdos não serão apresentados num bloco isolado, num único momento.

A escola não pode reproduzir o modelo de exclusão adotado pela sociedade dividida em classes sociais diferentes. Não podemos ter uma visão errônea de que

somente um grupo tem direito do trabalho intelectual, criativo, prazeroso e humanizante, enquanto que o outro grupo está condenado a um trabalho braçal, repetitivo, cansativo e desumanizante. Por isso é de suma importância que todos conheçam a realidade social em que se encontra o educando possibilitando a percepção de que ele faz parte de uma cultura que envolve seu grupo, a sua região, o seu país, o mundo, sempre respeitando a diversidade e compreendendo as desigualdades postas em sua vida.

Toda sociedade produz um conceito de educação, que naturalmente reflita as peculiaridades de sua estrutura e os interesses de seus grupos dirigentes. Logo podemos perceber que a sociedade segue de acordo com interesses da classe dominante. Todo o empenho de uma sociedade subdesenvolvida num esforço de crescimento, como a nossa, deve consistir em desenvolver seus fundamentos materiais para que sobre estes se possa edificar uma educação mais adiantada, que reverterá em maior desenvolvimento destes mesmos fundamentos. A sociedade está continuamente equipando seus membros com conhecimentos e atitudes que permitem a sobrevivência do grupo humano. Esta é uma concepção que supõe que a sociedade é naturalmente hostil ao homem e que esse terá de preparar-se para defender-se, o que faz por meio da educação. Esse tipo de sociedade é aquela onde impera a competência desenfreada e a luta de todos contra todos. A educação não é uma conquista do indivíduo, mas uma função da sociedade e como tal sempre dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade, há educação: logo, esta é permanente (PINTO, p. 39).

O conceito de alimentação escolar, como direito é essencial para que o programa de merenda possa ser transformado, com outra inserção na escola e na comunidade.

Para que a merenda represente um fato pedagógico, embasada no reconhecimento dos direitos de cidadania e não no assistencialismo, que não reconhece a necessidade de transformação e mobilização da sociedade, deverá fazer-se acompanhar de uma política educacional sofisticada. A oferta suficiente de vagas para matrícula, a infra-estrutura escolar, um expressivo orçamento destinado à educação, a qualificação de professores e de pessoal de escola e a sofisticação dos recursos pedagógicos são fundamentais à reversão do fracasso escolar, e não será a merenda a portadora da função existencializante da escola (como no absurdo de escolas serem fechadas enquanto há atrasos na entrega da merenda ou aceitar/propor/legitimar/validar que o aluno vai à escola por causa da merenda). (Em aberto 67)

A merenda como política pública precisa dar visibilidade às razões, aos pressupostos e aos valores que a organizam como serviço de alimentação nas secretarias de educação e/ou nas escolas. Ao contrário de inviabilizar a merenda nos serviços de apoio e infra-estrutura, recolocá-la no rol das assessorias às relações de aprendizagem e, neste sentido, requisitar nutricionistas e pessoal de

nutrição e cozinha para o debate da educação, da pedagogia e da didática, reterritorializando a merenda no universo de agenciamentos da aprendizagem.

A lei de diretrizes e bases da educação estabelece TítulolIII –DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR artigo4º inciso VIII – Atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Em nosso entendimento, a incorporação da merenda ao processo educacional, implementando-a como uma das atividades pedagógicas desenvolvidas na escola, consiste no resultado mais significativo e transformador do processo de reformulações que tem vivenciado o programa de alimentação escolar em alguns municípios do Brasil nos últimos anos, processo esse que tem se expandido por um número maior de municípios e regiões a partir da descentralização do PNAE desencadeada em 1993. Essa integração da alimentação ao espaço pedagógico da escola, superando o entendimento de que a merenda é algo estranho à unidade escolar, é simultaneamente evidência e pressuposto da construção do programa de alimentação escolar como direito da cidadania, e não como mecanismo de atendimento a carentes. (em aberto 67)

Possibilitar ao aluno não só saber escrever o nome dos alimentos, mas reconhecê-los, saber da sua origem e de seu valor nutritivo. Pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) o tema transversal Saúde não pode ficar restrito a informações sobre o funcionamento do organismo humano e a doenças que o afligem, isto não é suficiente para que as crianças se convençam da necessidade de mudar seu comportamento para ter uma vida mais saudável.

Propõe-se há integração do projeto às atividades pedagógicas dentro da sala de aula, com atividades de pesquisa de alimentos em quitandas, mercados, hortas, discutindo semelhanças em tamanho, cor e textura entre os alimentos. Regras de organização e de boa conduta durante as refeições, questões de higiene dos alimentos e do próprio corpo também são discutidas durante as aulas. Visitas a espaços não escolares de educação alimentar como:

- a) o Núcleo de Educação Alimentar da Criança “Turma da Marianinha” localizado em São José dos Pinhais, Paraná. Projeto de educação alimentar idealizado pela nutricionista Ângela Maria Freitas, e criado pela Empresa Coan Pampas Alimentação e Serviços atende crianças de 3 a 10 anos. Através da metodologia aplicada percebe-se a informação sobre nutrientes, suas diferentes funções no organismo e a importância do consumo dos mesmos, além de divulgar hábitos saudáveis de alimentação e higiene e estimular atividades de hortifruticultura;

b) Fazendinha Frimesa com animais, demonstração de como tirar leite da vaquinha e quais produtos que podemos fazer com ele. O Friminho mostra como podemos ter uma boa alimentação através de um teatro e também respeitar o meio ambiente.

Para isso acontecer na escola é preciso que já esteja incluído no projeto político-pedagógico a intenção de trabalhar a alimentação escolar e de demonstrar a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania.

2.3 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR – NOVOS DESAFIOS EM FACE DO CRESCIMENTO DA OBESIDADE

Ainda que a maioria dos programas de alimentação escolar já tenham sido definidos, seguindo a atual política do PNAE, este trabalho procura levantar alguns pontos para reflexão:

PORTARIA INTERMINISTERIAL No- 1.010, DE 8 DE MAIO DE 2006, Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio, das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

MINISTRO DE ESTADO O DA SAÚDE, INTERINO, E O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e Considerando a mudança no perfil epidemiológico da população brasileira com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, com ênfase no excesso de peso e obesidade, assumindo proporções alarmantes, especialmente entre crianças e adolescentes;

Considerando que as doenças crônicas não transmissíveis são passíveis de serem prevenidas, a partir de mudanças nos padrões de alimentação, tabagismo e atividade física;

Considerando que no padrão alimentar do brasileiro encontra-se a predominância de uma alimentação densamente calórica, rica em açúcar e gordura animal e reduzida em carboidratos complexos e fibras;

Considerando as recomendações da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto à necessidade de fomentar mudanças sócio-ambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual;

Considerando que as ações de Promoção da Saúde estruturadas no âmbito do Ministério da Saúde ratificam o compromisso brasileiro com as diretrizes da Estratégia Global;

Considerando que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) insere-se na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e que entre suas diretrizes destacam-se a promoção da alimentação saudável, no contexto de modos de vida saudáveis e o monitoramento da situação

alimentar e nutricional da população brasileira;
Considerando a recomendação da Estratégia Global para a Segurança dos Alimentos da OMS, para que a inocuidade de alimentos seja inserida como uma prioridade na agenda da saúde pública, destacando as crianças e jovens como os grupos de maior risco.

A definição de saúde varia de acordo com algumas implicações legais, sociais e econômicas dos estados de saúde e doença; sem dúvida, a definição mais conhecida na área da saúde ainda é a da OMS - Organização Mundial da Saúde: *Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença.* Apesar das críticas sobre esta definição, ela se encaixa bem na patologia da obesidade, pois será que o obeso se sente um doente? Será que ele só vai procurar um tratamento quando aparece alguma outra doença correlata? Enquanto ele consegue fazer tudo que precisa, preocupa-se com a obesidade? Será que os pais de uma criança obesa conseguem vê-lo assim?

Um estudo americano sobre obesidade indicou que os pais têm dificuldade em classificar seus filhos como gordos. No entanto, quando perguntados sobre quais imagens se parecem com seus filhos, eles indicam as que representam crianças acima do peso. Só 36% dos pais e mães das 223 crianças analisadas reconheceram corretamente que seus filhos estavam acima do peso. Mas, ao serem apresentados a desenhos que representariam seus filhos, 70% indicaram os que mostravam crianças mais gordas (RED ANDI AMÉRICA LATINA, 2008)

Por nutrição designa-se “o conjunto de processos por meio dos quais organismo vivo recolhe e transforma substâncias sólidas e líquidas exteriores de que precisa para sua manutenção, desenvolvimento orgânico normal e produção de energia. (CHAVES,1978, p.4)

Avalia-se alimentação considerando a qualidade e quantidade de elementos nutritivos adequados proporcionalmente às necessidades do próprio organismo, ou seja, segundo as leis fundamentais de alimentação. (CHAVES, 1978)

Em resumo trata-se de organizar uma dieta equilibrada para manter o organismo saudável capaz de responder de maneira ideal a todo trabalho que dele se solicita.

Portanto a alimentação deve cobrir as necessidades orgânicas em todos os seus nutrientes: hidrato de carbono, proteínas, lipídios, vitaminas, água e seus minerais. Estes nutrientes devem entrar na composição do plano alimentar em quantidades adequadas, não em deficiência ou excesso, mas de maneira que

respondam às finalidades a que se destinam, isto é, ao crescimento e desenvolvimento. (HALPERN,1987)

As causas que um indivíduo chega a obesidade são muito variadas, mas todas convergem em uma só que é a má alimentação e precisamente nesta causa que deve se orientar a educação alimentar a trocar os maus hábitos alimentares adquiridos, cumprindo deste modo como nível de prevenção primária de saúde.

É direito de todo cidadão ter consciência da sua própria saúde e conhecer o que acarreta a obesidade - Aterosclerose, hipertensão arterial, doenças degenerativas, casos de enfarte e diabetes, além da diminuição da longevidade - como aborda a reportagem abaixo:

Quase 50% das crianças da América do Norte e do Sul e 38% das européias estarão acima do peso em 2010. Os números fazem parte de um estudo de abrangência mundial publicado na *International Journal of Pediatric Obesity*, revista científica especializada na área de obesidade infantil. Além do sobrepeso, a pesquisa prevê que 10% das crianças da Europa e 15,2% das que vivem na América do Norte e do Sul sejam obesas até o fim desta década. Entre as conseqüências, há o aumento no número de crianças com pressão alta e problemas de colesterol, além de maior incidência de diabetes tipo 2 e propensão precoce a doenças cardíacas. Os países também já se preocupam com o impacto sobre os sistemas de saúde. "A prevalência de obesidade infantil está crescendo em quase todos os países desenvolvidos e em muitos subdesenvolvidos", revela Tim Lobstein, um dos responsáveis pelo estudo. Para a pesquisa foram analisados números referentes a crianças em idade escolar de 25 países. "Essa será a primeira geração cuja expectativa de vida será menor que a de seus pais", afirma o cirurgião inglês Phillip Thomas, especialista em obesidade. O estudo usou relatórios de 1980 até 2005 e dados da Organização Mundial de Saúde (OMS).

No Brasil - Cerca de 30% das crianças brasileiras estão acima do peso. Segundo o diretor das sociedades de Pediatria e de Endocrinologia do Distrito Federal, Luiz Cláudio Castro, as duas grandes causas para o crescimento dos índices de obesidade infantil no País e no mundo são alimentação inadequada e sedentarismo. "É uma epidemia que atinge classes sociais altas e baixas. Uns comem *fast food* e refrigerantes e outros economizam dinheiro optando por macarrão e óleo em vez de frutas e verduras", diz. (*O Estado de S. Paulo – SP, Renata Cafardo e Reuters; O Povo – CE; O Tempo – MG; Diário da Manhã – GO; Gazeta do Povo – PR; Diário de Pernambuco – PE, 07/03/2006*) RED ANDI AMÉRICA LATINA, 2008.

Os principais fatores (HALPERN,1987) a serem considerados na etiologia da obesidade são:

- a) a ingestão exagerada de calorias;
- b) a queima deficiente de calorias.

Em outras palavras, o indivíduo pode ser obeso ou porque come muito ou porque gasta pouco, existindo evidentemente, muitos indivíduos que comem muito e gastam pouco.

A ciência intensifica os estudos sobre a obesidade, que não pode ser considerada uma doença uniforme, mas sim diferenciada caso a caso, com causas e perigos distintos que devem ser identificados. De acordo com a causa o enfoque terapêutico pode ser distinto.

Na obesidade exógena quando analisada cuidadosamente através de inquérito alimentar verifica-se que provém essencialmente de fatores ambientais e não hereditários.

Os hábitos alimentares que são transmitidos de uma geração para outra são os maiores responsáveis pelo surgimento de novos obesos na família.

Muitas vezes, as mães, devido aos costumes da família ou devido a tabus totalmente errôneos e falhos, são os responsáveis pela obesidade dos filhos. Forçam o filho a comer mais, a alimentar-se, quando este já está saciado. Diante do mínimo problema emocional, oferecem aos filhos doces, balas e outras guloseimas, achando que estão solucionando o problema. Por outro lado, há grande oferta de alimentos saborosos, de fácil preparo ou já totalmente preparados, difundidos com ótimas propagandas, somando-se a isso o alcance e a onipresença dos meios de comunicação.

Acrescenta-se ainda a violência urbana que impede as crianças de saírem e o desenvolvimento da tecnologia à mão de quase todos, como videogames, computadores, elevadores, carros e todos os demais meios de transporte, aumentando o sedentarismo, com menos gasto energético.

Daí a importância da educação física que atualmente sai da tendência apenas de disciplina de preparação para atingir a motricidade e se eleva a uma intenção de formação de cidadão com envolvimento com a corporalidade, sexualidade, respeito ao próximo e não violência. Taborda de Oliveira (2003, p. 161) afirma que:

a corporalidade deve ser uma possibilidade de formação humana, onde a educação física torna-se um conjunto de saberes importantes para esse processo. Os conteúdos escolares são apenas uma das possibilidades de trato para a corporalidade; a escola deve ir além dos conteúdos formais, tornando as aulas possíveis de reflexão, questionamentos e criação para os alunos, para que possam entender o porquê dos mesmos.

A obesidade genética se instala na mais tenra idade e acompanha o indivíduo por toda a existência. Existem muitas teorias para explicá-la, mas as mais aceitas são as de predisposição genética. É a forma mais difícil do tratamento da obesidade, com piores resultados.

Pai e mãe obesos, 80% de chance de filhos obesos.

Só pai ou só mãe, 50% de chance de filhos obesos.

A obesidade de causa endócrina constitui minoria absoluta entre as etiologias de excesso ponderal.

Levando-se em conta o exposto aqui, devemos tomar as seguintes medidas preventivas:

Orientação alimentar às mães no sentido de evitar fornecimento de alimentos em excesso aos lactentes e controle da alimentação para que esta seja adequada em quantidade e qualidade, também para crianças maiores.

- a) programas de incentivo a maior prática de esportes acompanhada de um plano alimentar adequado às necessidades do organismo;
- b) alertar a população em geral sobre as complicações desencadeadas pela obesidade;
- c) evitar o processamento excessivo dos cereais para que os mesmos não se tornem altamente calóricos, perdendo os nutrientes essenciais;
- d) as crianças *obesas* necessitam da ajuda dos familiares e dos amigos durante os programas de reeducação alimentar;
- e) a educação alimentar também deve integrar o currículo escolar;

Colocando em primeiro lugar o momento pedagógico, a educação física junto com a educação alimentar apresenta-se na escola básica como instrumento significativo para levar as crianças à autonomia, ao conhecimento de seu corpo e do contexto em que vive, portanto de sua identidade.

Os *Parâmetros* Curriculares Nacionais tem como proposta principal à realização das práticas, a valorização da cultura corporal de movimento e a relação da Educação Física com a saúde e qualidade de vida. É preciso observar primeiro se o estudante respeita o companheiro, como lida com as próprias limitações e como participa dentro do grupo. Em segundo lugar vem o saber fazer, o desempenho propriamente dito tanto nas atividades quanto na organização das mesmas. O professor deve estar atento para a realização correta de uma atividade e também como um aluno e o grupo formam equipes, montam um projeto e agem

cooperativamente durante a aula. É importante avaliar não só se a criança valoriza e participa de jogos esportivos. Relevante também é seu interesse e sua participação em danças, brincadeiras, excursões e outras formas de atividade que compõe a nossa cultura dentro e fora da escola. É necessário verificar como o educando relaciona elementos da cultura corporal aprendido em atividades físicas com um conceito mais amplo de vida saudável.

3 METODOLOGIA

Conceitua-se educação como mudança de comportamento, porque este processo só se completa quando passa por todas as fases. Aquisição da informação, processamento desta informação, portanto construção do conhecimento, integração deste novo conhecimento à estrutura de conhecimento já existente, com isto mudança na visão de mundo. Por último, mudança de comportamento. Para isso, podem-se usar métodos que atinjam mais facilmente o público alvo para a construção de um significado para suas vidas. Como para este trabalho a educação alimentar e como atingir a mudança de comportamento nas crianças. Por tudo isso percebe-se que a educação é um processo permanente, individual por depender do potencial de cada um.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho apresentamos uma série de fatos, cumprindo o objetivo geral do estudo de contribuir para a compreensão voltada à promoção da assistência nutricional, mostrando a importância de ter acesso aos alimentos, e quanto isto está ligado ao programa nacional de alimentação escolar. “Além de incentivar a produção de alimentos, cabe ao governo providenciar que eles sejam bem distribuídos, de modo que todos os habitantes recebam nutrição adequada” (SANTOS, 2002).

A proposta pedagógica “libertadora” de Paulo Freire visa valorizar a auto-estima e identidade do aluno, através da relação entre homem e local, que possibilita a vivência da cidadania, como meio para uma transformação da sociedade.

Neste sentido o professor deve ser um provocador de situações estabelecendo relações afetivas, significativas com seus alunos, proporcionando aulas agradáveis, criativas e um ambiente onde o diálogo e a crítica andam juntos.

O professor deve dar subsídios para valorizar a história de vida de seus alunos, seu conhecimento e as potencialidades que possui e assim estimulando-as.

O aluno por sua vez deverá compreender seu próprio papel na sociedade e ser responsável por sua aprendizagem, tendo espírito investigativo: será que o que eu como é saudável? De onde vem este alimento? Porque os vegetais fazem bem à saúde? O que é o coco e o xixi? E outras tantas perguntas que levam ao conhecimento das necessidades fisiológicas do dia a dia. Precisa-se dar fundamento teórico a prática, o que se pode aprender com ela (conteúdo), estabelecer objetivos nas atividades escolares, procedimentos metodológicos e saber avaliar os resultados.

A família é responsável por evitar o consumo de alimentos supérfluos e que comer bem, não significa comer muito. Criar hábitos alimentares saudáveis incentivando a ingestão de frutas e verduras.

A comunidade tem a responsabilidade da união, de manter-se forte, de organizar-se e reivindicar seus direitos, principalmente, a alimentação como direito humano.

A escola direcionando seus procedimentos de ensino, com sua missão esclarecida no projeto político pedagógico, que envolva a comunidade, objetivando

motivar e orientar o aluno para assimilação do saber ligado ao processo escolar: feira de ciências, alimentação típica da festa junina, palestras, campanhas educativas e solidárias, ênfase para as datas comemorativas como a semana da alimentação escolar; dia da saúde e nutrição; dia mundial da alimentação e outras, folclore com a lenda da mandioca e conseqüentemente a valorização do meio ao qual faço parte e o vínculo de amor com aquilo que eu ajudo a construir.

A avaliação por sua vez acontecerá de forma permanente, processual, conceitual e diária, indicando se os objetivos e os caminhos que optamos estão sendo alcançados.

Acreditamos construir ou despertar nesta comunidade, indivíduos que tenham um autoconhecimento, auto-estima, compreendam a importância de fazer parte da sociedade, onde um depende do outro, tendo em mente que são capazes de dialogar, de viver em harmonia, desenvolvendo consciência cidadã, fraterna e solidária.

Como educadores, visamos à avaliação como reflexão da ação, contemplando a idéia de formar cidadão integral, permitindo reconhecer os aspectos positivos e negativos, participando da sociedade como um possível transformador.

O processo avaliativo abordado neste trabalho valoriza o educando de uma forma que perceba e participe ativamente da construção do conhecimento, auto avaliando-se e compreendendo o desenvolvimento do trabalho junto com o educador.

Portanto, temos um vasto tema de trabalho em aberto para se desenvolver na sua especificidade, na maneira de incluir a alimentação escolar no projeto político pedagógico.

REFERÊNCIAS

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. **Direito humano à alimentação**. Brasília, DF: ABNDH, 2005.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A POLITICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Manual de gestão eficiente da merenda escolar**. São Paulo: [s.n.], 2005.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999. 131p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAVES, Nelson. **Nutrição: básica e aplicada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.p. 329-34.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Alimentação Escolar. **Revista CFN**, Brasília, n. 15, p. 8-10, jan./abril. 2005.

EM ABERTO 67 - MERENDA ESCOLAR. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?* ... <www.inep.gov.br/download/cibec/1995/periodicos/em_aberto_67.doc> Acesso em : 07 de março de 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE**: cadernos de legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE. Brasília, 2008.

HALPERN, Alfred. Como diagnosticar e tratar obesidade. **Revista Brasileira de Medicina**. São Paulo, vol 44, dez. 1987.

MARCONDES, Ruth Sandoval. (coord.) **Saúde na escola**. São Paulo: Ibrasa, 1980.

MONTAÑA, Miguel Medeiros. **Evolução do conceito de segurança alimentar e nutricional sustentável e seus constituintes principais**. Disponível em: <www.stcas.rs.gov.br/consea> Acesso em :01 maio 2005.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. **Práticas Pedagógicas da Educação Física nos Tempos e Espaços Escolares**: a corporeidade como um termo ausente? Universidade do Paraná (UFPr), Brasil, 2003.

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais. **Escola**, São Paulo, p. 39, 1998.

PINTO, Álvaro Vieira. 1º Tema: **conceito de educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 29-40.

Red ANDI América Latina. **Obesidade infantil deve crescer nos próximos anos, aponta estudo**. Disponível em: <www.redandi.org/verpublicacao.php5?ES&id=1023&idpais=1 -32k > Acesso em: 14 de março de 2008.

SANTIAGO, Anna Rosa F. **Projeto político-pedagógico da escola**: desafio à organização dos educadores. Campinas: Papirus, 1996.

SANTOS, Maria Ângela dos. **Biologia educacional**. 17 ed. São Paulo: Ática, 2002.

SÃO PAULO. Secretária de educação. Coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas Revendo a Proposta de Alfabetização.. **Acriança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada ?** São Paulo, 1985 p.13-21

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e a especificidade da educação.** São Paulo, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1992.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.